



## FERRAMENTAS POLÍTICAS PARA COMBATER O LIXO MARINHO

Nesta atividade, são apresentados os esforços internacionais focados no combate ao lixo marinho e poluição em geral. Os alunos pesquisam sobre as principais medidas de política para a proteção dos Mares Regionais da Europa e estudam informação básica, incluindo as metas de convenções e estratégias, países envolvidos, ecossistemas visados, etapas e atividades.

### DISCIPLINAS

Línguas, "Estudos Ambientais", "Estudos Sociais"

### IDADE DOS ALUNOS

14 - 15 anos

### DURAÇÃO

90 minutos

### OBJETIVOS

- Ficar ciente das políticas e iniciativas regionais e da União Europeia relacionadas com o problema.
- Compreender que o lixo marinho é um problema de interesse transnacional.

### FONTES DA INTERNET

DQEM: <http://ec.europa.eu/environment/water/marine>; Lixo Marinho na DQEM (Descritor 10):

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32008L0056&from=EN>

Convenção de Barcelona: [www.unepmap.org](http://www.unepmap.org); Convenção de Bucareste: [www.blacksea-commission.org](http://www.blacksea-commission.org)

Convenção de Helsínquia: [www.helcom.fi](http://www.helcom.fi); Convenção OSPAR: [www.ospar.org](http://www.ospar.org); Convenção MARPOL:

[www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-for-the-Prevention-of-Pollution-from-Ships-\(MARPOL\).aspx](http://www.imo.org/en/About/Conventions/ListOfConventions/Pages/International-Convention-for-the-Prevention-of-Pollution-from-Ships-(MARPOL).aspx); Convenção de Basileia: [www.basel.int](http://www.basel.int)

Convenção UNCLOS: [www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/convention\\_overview\\_convention.htm](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm)

SECÇÃO **D**

TRABALHAR EM  
BUSCA DE SOLUÇÕES



Leis adequadas são instrumentos decisivos que podem ser usados para combater o problema do lixo marinho. Dada a natureza global do problema, os regulamentos internacionais são essenciais. Os quadros legais vigentes que lidam com fontes de lixo marinho terrestres e marítimas são muitos e detalhados. Contudo, são complexos e justapostos, cobrindo os níveis global, regional, nacional e local. Apesar da abundância de instrumentos políticos, a aplicação continua a ser um desafio...

## Ao nível da União Europeia

### Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Esta Diretiva, adotada em 2008, é um instrumento legal chave, que disponibiliza uma plataforma para a ação de combate ao lixo marinho a nível europeu. Visa proteger o ambiente marinho europeu de forma a atingir o bom estado ambiental das suas águas marinhas até 2020. Os Estados-Membros têm de desenvolver a sua própria estratégia de política marinha em relação a onze “descritores” (um dedicado ao lixo marinho). A estratégia tem de conter: (a) um levantamento detalhado do estado do ambiente, (b) uma definição de “bom estado ambiental” e, (c) metas ambientais claras e programas de monitorização. Em 2012, os Estados-Membros avaliaram o seu respetivo ambiente marinho, identificaram as principais pressões e estabeleceram metas e indicadores de monitorização. Em 2015, têm de desenvolver um conjunto de medidas de forma a atingir ou manter o “bom estado ambiental”. Para alcançar a meta de 2020, será necessária uma abordagem coerente, coordenada e acompanhada pelo envolvimento de países vizinhos. O lixo marinho emergiu como um problema de particular interesse no interior da DQEM. Isto resultou na criação de um Grupo de Trabalho técnico em 2010 cujo papel é apoiar os Estados-Membros a lidar com a questão. Foi realizada a revisão do estatuto do lixo marinho considerando as suas fontes, tendências e impactes. Foram identificadas lacunas nos dados disponíveis assim como a necessidade de investigação. Adicionalmente, foram estabelecidas linhas de orientação para auxiliarem os Estados-Membros na criação de programas de monitorização de lixo marinho unificados.

Para além da DQEM, há várias ferramentas de política da União Europeia que dizem respeito ao lixo marinho, como as diretivas sobre resíduos, embalagens, aterros sanitários, instalações portuárias de receção de resíduos, água, águas balneares, etc.

## Ao nível dos Mares Regionais Europeus

### Convenção de Barcelona (Mar Mediterrâneo)

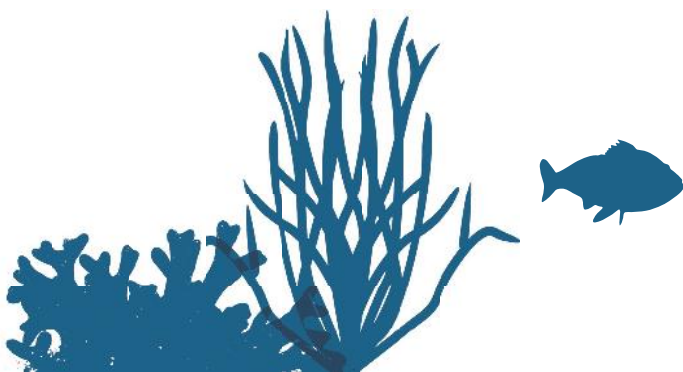
A Convenção de Barcelona para a Proteção do Mar Mediterrânico contra a poluição, foi adotada por 22 países mediterrânicos. O seu objetivo é a proteção do ambiente mediterrânico marinho e costeiro, e fazer avançar os planos regionais e nacionais na direção de um desenvolvimento sustentável. A Convenção, adotada em 1976 e emendada na sua forma atual em 1995, gerou sete protocolos que lidam com problemas específicos de proteção ambiental no Mediterrâneo. O *Protocolo sobre Fontes e Atividades Terrestres* reconhece explicitamente a importância de lidar com o problema do lixo marinho, enquanto outros protocolos têm implicações diretas ou indiretas na gestão do lixo marinho. Em 2012, foi adotado um *Quadro Estratégico para a Gestão do Lixo Marinho*, e, no final de 2013, um *Plano de Ação Regional sobre o Lixo Marinho* juridicamente vinculativo foi adotado pelas Partes Signatárias.

### Convenção de Bucareste (Mar Negro)

A Convenção de Proteção do Mar Negro contra a poluição foi assinada em Bucareste em 1992 e adotada em 1994 com seis Partes Signatárias. Esta visa combater a poluição com origem em fontes terrestres e no transporte marítimo, alcançar uma gestão sustentável dos recursos de vida marinha e procurar o desenvolvimento sustentável. O quadro básico do acordo inclui três Protocolos sobre poluição por fontes terrestres, despejo de resíduos e acidentes de derrames de petróleo, etc. Dado que o problema não é geralmente aceite ou bem conhecido na região do Mar Negro, não há ainda quaisquer instrumentos legais específicos sobre a gestão de lixo marinho. O novo, mas ainda não aplicado, “*Protocolo sobre Proteção do Ambiente Marinho do Mar Negro por Fontes e Atividades Terrestres*” é de grande importância, já que o lixo marinho está listado como material perigoso.

### Convenção de Helsínquia (Mar Báltico)

A Convenção de Helsínquia para a Proteção do Mar Báltico entrou em vigor em 1980. À luz das mudanças políticas que ocorreram na Europa na altura, foi assinada em 1992 uma versão atualizada por todos os estados do Mar Báltico e a Comunidade Europeia, que foi adotada no ano 2000. A Convenção visa reduzir a poluição difundida através de rios, estuários, e condutas, operações de despejo e de transporte, bem como através de poluentes atmosféricos no Mar Báltico. As Partes Signatárias adotaram várias recomendações para a proteção do ambiente marinho, direta ou indiretamente relevantes para o lixo marinho. Até recentemente, o lixo marinho não era considerado um grande problema no Báltico devido à falta de estudos de comparação e de dados fiáveis, mas desde então tornou-se uma questão de interesse crescente, ganhando ímpeto de forma continuada.







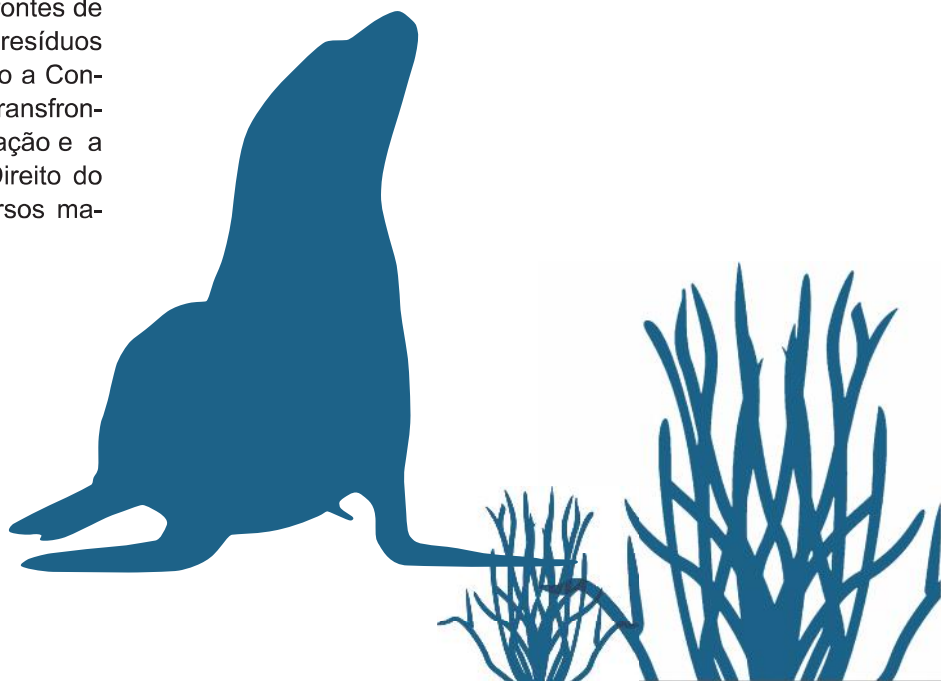
© Thomas Vlachogianni / MIO-ECSDE

### Convenção OSPAR (Atlântico Nordeste)

A Convenção para a Proteção do Ambiente Marinho do Atlântico Nordeste, ou Convenção OSPAR, foi adotada em 1992 e entrou em vigor em 1998. Esta convenção uniu e atualizou a Convenção de Oslo sobre a eliminação de resíduos no mar (1972) e a Convenção de Paris sobre fontes terrestres de poluição marinha (1974). A Convenção OSPAR visa combater a poluição de fontes terrestres, a eliminação de resíduos no mar, a incineração e fontes *offshore*, bem como avaliar a qualidade do ambiente marinho. A OSPAR e os predecessores da OSPAR têm uma longa história no tratamento dos problemas do lixo marinho. O lixo marinho constitui parte crucial do programa de monitorização e avaliação da Convenção, a qual apoia medidas diretas de redução através da iniciativa "Fishing for Litter".

### A nível Global

Várias convenções internacionais lidam, direta ou indiretamente, com o lixo marinho. A Convenção Internacional para a Prevenção de Poluição por Navios (MARPOL), particularmente o Anexo V, está relacionado especificamente com a prevenção da poluição por resíduos. Aplica-se a embarcações de pesca, embarcações de recreio e ao transporte marítimo comercial. A Convenção de Londres sobre Prevenção de Poluição Marinha por Despejo de Resíduos e Outras Matérias lida com a gestão de todas as fontes de poluição marinha, prevenindo o despejo de resíduos no mar. Outras convenções relacionadas são a Convenção de Basileia sobre os Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) visando a gestão dos recursos marinhos.



### De que modo as leis antitabaco resultaram no aumento de beatas de cigarros nas ruas

As recentes interdições ao tabaco no interior de edifícios em muitos países conduziram os fumadores para o exterior. Fumar nas ruas, em parques, em carros sem cinzeiros e entradas de edifícios sem recetáculos para a cinza e beatas conduziu ao aumento do lixo por beatas de cigarros que acabam por alcançar os mares através das águas pluviais e de escoamento. Por outras palavras, há uma lacuna entre o grau de aplicação das leis (antitabaco vs. anti-lixo) em detrimento do ambiente. Para além de retificar esta situação, a sensibilização do público e a educação, em conjunto com estratégias de prevenção tais como a promoção de cinzeiros portáteis e a instalação de recetáculos de cinza e beatas em pontos de transição pode ajudar a alterar esta tendência.

*Em qualquer caso, não fumar é a melhor solução para a saúde das pessoas e o ambiente!*





## Materiais e Equipamento

Caderno e material de escrita

### Instruções passo a passo

O educador explica os diferentes níveis de governação: local, nacional e internacional.

Os alunos leem a informação apresentada nas caixas de texto e seguidamente investigam e identificam que ferramentas de política (estratégias, Convenções, etc.) o seu país assinou e adotou.

Em grupos, os alunos analisam essas ferramentas de política e descobrem informação sobre o seguinte:

- Quais são as metas gerais da Convenção/estratégia? A Convenção está relacionada com monitorização, fiscalização ou ambos?
- Que países estão envolvidos na Convenção?
- Que ecossistemas são visados: costeiros, marinhos, bentónicos?
- Quais são as metas mensuráveis? Até quando devem ser alcançadas?
- Que mecanismos estão em vigor a nível regional para monitorizar a sua implementação?

Os alunos focam-se na legislação, quadros e planos de ação relevantes do seu próprio país que cumprem a ferramenta de política acima referida. Depois, respondem às seguintes questões:

- Há algum plano de ação em vigor?
- Que autoridade é responsável pela sua implementação?
- Quais as principais atividades ou medidas que o plano de ação prevê?
- Foram documentados alguns resultados?

Os alunos levantam a questão junto das suas autoridades locais e/ou nacionais escrevendo uma carta ou realizando uma entrevista, p. ex., com um presidente de câmara, um deputado, etc. Nessa entrevista, podem ser usadas as seguintes questões:

- Está ciente das ferramentas de política e das medidas em vigor sobre o problema do lixo marinho?
- É capaz de as implementar?
- Se sim, quando e como? / Se não, porque não?
- Que fatores têm de ser considerados para uma melhor aplicação?
- Quem deveria estar melhor informado?

### Extensão da Atividade

Os alunos realizam um inquérito de pequena escala para ver se grupos-alvo específicos estão cientes de que Convenções foram assinadas pelo seu país. Os grupos-alvo poderão incluir, p. ex., donos de estabelecimentos de praia, pescadores, administradores portuários, pessoal de navios mercantes e de cruzeiros, etc. Se verificarem que as pessoas estão pouco informadas, os alunos pensam numa atividade que possam conduzir de forma a sensibilizá-las.

